

# PAPEL PARENTAL EM PERTURBAÇÕES DO COMPORTAMENTO INFANTIL

Trabalho de investigação - monografia de licenciatura de Psicologia Clínica

2008

**Sílvia Silva**

Instituto Superior de Psicologia Aplicada - ISPA (Portugal)

Email:

[psi.silviasilva@gmail.com](mailto:psi.silviasilva@gmail.com)

---

## RESUMO

O intuito deste trabalho foi o de construir um modelo interpretativo do papel parental de pais de crianças com perturbações do comportamento. Os participantes deste estudo foram 4 professoras do ensino básico; 3 mães e uma avó de crianças entre os 6 e os 11 anos de idade, com perturbações do comportamento. Foram efectuadas entrevistas semi-estruturadas, codificadas e analisadas segundo o método *Grounded Theory*. A inexistência de um projecto parental que sustente na prática a educação de um novo ser, é comum aos progenitores destas crianças. Esta falta de estrutura psicológica e incapacidade de pensar desencadeiam inconstância parental; sentimentos de necessidade de compensação ou *in extremis* negligência parental, o que resulta em estado de insegurança, comum a todas estas crianças e se observa em comportamentos de oposição; desrespeito e agressividade numa tentativa de chamar as atenções sobre si, manifestando desta forma, aparentemente desajustada, o desconforto e falta de colo afectivo.

**Palavras-chave:** perturbação comportamento infantil, papel parental, *Grounded Theory*

*Um dos papeis mais importantes dos pais  
é o de ajudarem os filhos a crescer.  
Para isso, é preciso saber ser crescido.  
Com calma, segurança e paz e dizer:  
“Vai, segue em frente. Olhos levantados”.*  
Strecht, 2004 cit. por Urra, 2006, p. 86

## INTRODUÇÃO

Com a evolução e a enorme preocupação com os direitos humanos fundamentais, sobretudo os das crianças, seria de esperar que todas as condições estivessem reunidas para um desenvolvimento saudável tanto físico como psicológico, bem como um crescimento satisfatório nas crianças do mundo contemporâneo. A investigação trouxe consigo o domínio dos conceitos de estruturação de vida psíquica do ser humano, no entanto, assume-se que aplicá-los tem sido de excepcional dificuldade. Hoje em dia, mediante a formatação da sociedade, parece que podemos atribuir a criação do ser humano, enquanto pessoa no seu individualismo, a factores específicos com mais ou menos peso entre si dos quais constam os biológicos; sociais; familiares, dificuldades na relação precoce ou práticas educativas parentais, como afirmou Fonagy em 1998. Considerando a célula familiar como base estruturante da formação psicológica e social do individuo, na sua maturação e autonomia, teve-se em conta o último destes factores na tentativa de perceber melhor as reais implicações deste no comportamento da criança, assim como a sua potencial responsabilidade num desarranjo de personalidade convergente em patologia do agir a ter inicio em idade precoce. Até porque se considerarmos a família como um sistema relacional, em que as reacções de um dos membros afectam todos os outros, é essencial incluir os pais nos estudos que se efectuarem (Roberts & Wallander, 1992, cit. por Quittner & DiGirolamo, 1998).

De acordo com Matos (2003) “um projecto (e não há vida mental sem projecto – previsão, antecipação, finalidade/objectivos) é de um e de outro, mas também de ambos” (p. 193). Um filho deveria ser o resultado de um projecto comum de ambos os pais e nos seus direitos, deveriam constar pontos como o direito a ser desejado por estes; ter uma mãe disponível, o que representa ser uma mãe suficientemente boa, como assevera Winnicott (1995,1987), ou ainda, ter um pai presente. Apesar disso, é frequente observar que o dispêndio de energia inerente ao projecto parental educativo, assim como a realidade do nascimento e crescimento de uma criança com as implicações e obrigações que tal acarreta, ultrapassam muitas vezes a disponibilidade parental, fazendo emergir a sua despreparação tanto psicológica quanto física, o que pode resultar num sobre esforço pessoal ou conjugal por um lado, ou em despreocupação, desapego, negligência ou até hostilidade, por outro.

Desde sempre se conhecem histórias/mitos/lendas reveladoras de que a história da família primitiva é sangrenta: Medeia come os filhos; Caim mata o irmão; Édipo mata o pai e fecunda a mãe; Cronos castra o pai e Hamlet comete parricídio e incesto ainda que em sonhos. Estes actos de violência, de pulsão instintiva e sexualidade desenfreada são considerados doença humana “quando, na ausência de qualquer lei, de qualquer interdito que o limita, o prazer enlouquecido conduz ao caos...” (Dazinger, 2002, p. 9). Verificamos que a capacidade de odiar se dirige coincidentemente àqueles que mais amamos. Realizamos também que na ausência dos tais limites referidos por Dazinger, as condutas originais do ser humano são desastrosas e podem culminar em resultados irreparáveis.

A educação de um filho não pensado ou integrado num projecto de vida conjugal resultará num desafio permanente, do qual a inconstância parental fará parte integrante, evidenciando a má qualidade da interacção da criança com os pais, e a experiência de particulares formas de práticas parentais contribuirá significativamente para que na criança se desenvolva um baixo auto-controle ou comportamentos hostis com contornos agressivos. A falta de regras e orientação básicas no construir do caminho evolutivo de uma criança é representativo da volubilidade parental que desencadeia a insegurança na criança.

Bowlby (1982), atesta que o papel do conceito de si próprio, assume importância na perspectiva de que a vinculação não é só uma base de segurança, a partir da qual o indivíduo pode explorar o meio, mas também um elemento capaz de produzir a sensação de que o mesmo pode despertar cuidados por parte dos outros, aumentando-lhe as expectativas de eficácia pessoal, que se generalizam a outros contextos. Por outro lado uma figura inconsistente ou rejeitante produz a sensação de impotência para gerar capacidades adequadas por parte dos outros, o que acaba por se traduzir em expectativas de ineficácia individuais e em baixo auto-conceito. Estas inseguranças que moldam o que ainda não conhecem, são ingredientes participantes na formação das crianças, e nestas, as carências afectivas precoces são notáveis. Então, sem desvalorizar os outros factores potencialmente condicionantes desta patologia, importou restringir o foco explicitamente no papel parental porque, como explica Pedro Strecht (2004), “independentemente do que se fizer, no mundo psíquico como no físico, será sempre melhor atacar a origem dos problemas” (p. 51). A família é onde a criança começa a utilizar os valores de inter-relação social que lhe vão marcar os padrões de conduta e reproduzir da micro, para a macro sociedade.

Ruilloba (2002), defende que os acontecimentos vitais e os factores parentais parecem estar presentes na maioria dos casos. O que se percebe é que a instabilidade que rodeia a criança e que a atinge, seja ela oriunda de que origem for, é o cerne da problemática e a razão pela qual o mundo infantil se desequilibra e muitas vezes descamba. As crianças precisam de limites para se sentirem seguras e essa insegurança deriva do ambiente familiar presenciado, que prima precisamente pela ausência de normas e regras, o que a impele a revoltar-se, porque as crianças que fazem tudo o que querem crêem que não são importantes para os seus pais, como enfatiza

Urra (2006) “os pais têm que aprender a dizer à criança que gostam dela, que os dois estão felizes por ela ter nascido” (p. 81).

Sabendo de antemão que educar, no conceito de Kant, é a maior tarefa humana, torna-se então emergente analisar os porquês, as características que se nos apresentam como semelhantes, comuns, condicionantes ou originárias desse tipo de comportamento perturbado. O intuito deste trabalho foi o de construir um modelo interpretativo do papel parental de pais de crianças com perturbações do comportamento, das suas responsabilidades e implicações directas nesta patologia infantil, bem como as práticas parentais educativas desenvolvidas.

### **Perturbação do comportamento infantil**

A Perturbação do Comportamento é uma conduta destrutiva, agressiva e/ou desafiadora, podendo ser considerada leve, moderada ou severa. Conseguimos identificar os níveis: Solitário, Grupal e Indiferenciado que por sua vez abrangem vários tipos de Distúrbio do Comportamento.

Esta conduta caracteriza-se por comportamentos padronizados anti-sociais; agressivos e/ou desafiadores; de violação de regras parentais e de normas sociais. Para que sejam assim catalogadas, as atitudes não poderão ser apenas pequenos incumprimentos do que se espera como normativo de uma reacção da criança, ou uma tentativa isolada de extravasar os limites, vivenciada num comportamento inadvertido ou rebelde que não seja consistente, não seja repetitivo, não tenha uma extensão longa de tempo (que pode ainda assim variar caso a caso, estando nomeadamente criteriada como positiva quando atinja um mínimo de seis meses, fixado pelo CID10 – Classificação Internacional das Doenças, 10ª Revisão) ou que não passe a ser característica daquele individuo para todas e quaisquer situações de obrigatoriedade (DSM-IV-TR, 2004). É imprescindível que nos encontremos na presença de factores tais como: Crueldade com relação a pessoas, animais ou outros seres vivos assim como destruição de bens alheios, demonstrando uma total insensibilidade ao outro e uma violação dos direitos básicos dos outros e das normas ou regras sociais; mentiras permanentes; crises de birra e de desobediência excessivamente frequentes e importantes; manifestações anormais de agressividade e imperatividade assim como de condutas incendiárias; roubar ou furtar; copiar nos testes; chegar muito tarde a casa; passar noites fora ou até mesmo fugir de casa. Outra condicionante é o facto de que, este género de atitudes parece preocupar muito mais os outros do que a própria criança ou adolescente que sofre da perturbação. O seu portador pode não ter consideração pelos sentimentos alheios, direitos e bem-estar dos outros, faltando-lhe um sentimento apropriado de culpa e remorso que caracteriza as "boas pessoas".

A baixa tolerância a frustrações nas pessoas com Problemas de Comportamento favorece as crises de irritabilidade, explosões temperamentais e agressividade exagerada, parecendo,

muitas vezes, uma espécie de comportamento vingativo e provocador, que nas palavras de Ruilloba (5ª edição, 2002), pode ter a finalidade de diminuir a tensão criada pelo desejo assim como representar fraco auto controle, como diria Freud, a agressividade não é mais que pôr o mau de dentro para fora, é uma forma silenciosa da criança dizer "sinto-me mal, e não encontro outra forma de vos dizer mais alto que estou assim" (Sá, 2000, p. 23). Entende-se por baixa tolerância a frustrações uma incapacidade em tolerar as dificuldades existenciais comuns a todas as pessoas que vivem em sociedade, uma falta de capacidade em lidar com os problemas do quotidiano ou com as situações onde as coisas não saem de acordo com o desejado.

Estes indivíduos costumam apresentar precocemente um comportamento violento, reagindo agressivamente a tudo e a todos, super valorizando o seu exclusivo prazer, ainda que em detrimento do bem-estar alheio. Eles podem também exibir um comportamento de provocação, ameaça ou intimidação, podem iniciar lutas físicas frequentemente, inclusive com eventual uso de armas ou objectos capazes de atingir seriamente a nível físico, como por exemplo, usar pedaços de madeira, tijolos, garrafas partidas, armas brancas ou armas de fogo.

Dos três níveis onde se manifestam estes comportamentos perturbados, o primeiro e o qual identificámos integrado no nível Solitário, inclui os distúrbios que se manifestam exclusivamente, ou quase, em contexto familiar. Manifestam-se, com as pessoas que moram na mesma casa e fazem parte do núcleo familiar, através da presença de agressão verbal ou física, sem carácter de grupo. No segundo nível, Grupal, os sujeitos têm comportamentos agressivos para com os outros, predominantemente enquanto actividade de grupo. As crianças ou adolescentes que aqui se enquadram são egoístas, têm sentimentos de culpa, têm níveis de auto-estima baixos e más relações com os outros expondo uma progressiva, significativa e global alteração das relações com as outras pessoas. Esta categoria deve no entanto ser utilizada com prudência em particular nas crianças com mais idade, dado que os transtornos de conduta que apresentam uma significação clínica, se fazem acompanhar habitualmente de comportamentos anti-sociais ou agressivos, que ultrapassam o quadro de um comportamento provocador, desobediente ou perturbador. O último nível, Indiferenciado, é um misto dos dois anteriores, sem classificação específica (DSM-III-R, 1987 cit. por Benavente).

A presença de manifestações nítidas de um dos grupos de conduta precedentes é suficiente para o diagnóstico, mas actos anti-sociais isolados não o é. Algumas crianças e pré-adolescentes dão mostras de alteração de ambos os comportamentos. Os que têm uma perturbação apenas desafiadora de oposição desenvolvem um comportamento negativo, aborrecido e desafiador, embora sem violar os direitos dos outros, portanto menos grave e com menor significado prognóstico. Conhecem a diferença entre o bem e o mal e sentem-se culpados se fizerem algo de grave. Embora inicialmente não seja uma perturbação do comportamento, em geral evolui para uma perturbação de tipo ligeiro.

Parece existir alguma ambiguidade entre o diagnóstico de Perturbação do Comportamento, Distúrbio de Oposição e Desafio, e Distúrbio de Hiperactividade com Deficit na Atenção (DHDA) em crianças com idade escolar, bem como uma verdadeira correspondência – crianças hiperactivas, impulsivas, desatentas, têm problemas de comportamentos anti-sociais. Loeber (1985, cit. por Stratton, 1997), por exemplo sugere que a Hiperactividade é inerente à criança com Distúrbio de Comportamento assim como se sabe que o Distúrbio de Oposição e Desafio é quase sempre precursora do Perturbação do Comportamento (Frances & Ross, 2004). O que parece ser um dado irrefutável é que crianças que exibem tanto Distúrbio de Oposição e Desafio como DHDA aliado ao comportamento agressivo, estão em maior risco de desenvolverem problemas anti-sociais severos quando comparadas a crianças com um único distúrbio (Walker, Lahey, Hynd & Frame, 1988, cit. por Stratton, 1997). Wahler (cit. por Ollendick & Hersen, 1983) defende haver uma relação significativa entre o baixo estatuto socio-económico da família (baixos rendimentos, problemas conjugais e baixa escolaridade dos pais) e comportamento disruptivo, teoria com a qual concordam Bordin e Offord (2000), quando apontam que são factores associados a comportamento anti-social na infância: ser do sexo masculino, receber cuidados parentais inadequados, viver entre discórdia conjugal, ser criado por pais agressivos e violentos, ter mãe com problemas de saúde mental, residir em áreas urbanas e ter nível socio-económico baixo.

Ressalvam-se ainda comportamentos alterados que são considerados sintomáticos de uma outra patologia psicológica, por exemplo Autismo, sendo neste caso a ter em conta exclusivamente este último diagnóstico. De notar ainda que não seja apenas reflexo de simples adaptação à mudança ou ao stress, nesses casos, o bem-estar da criança e o seu desenvolvimento harmonioso podem ficar comprometidos.

### **Comportamento parental e práticas educativas**

Para se falar de uma criança nunca a podemos descrever isoladamente, sendo preciso fazê-lo no contexto em que ela se insere e onde tem crescido. Mesmo que as crianças possam não ser inofensivas, são inocentes e a sua culpabilidade e responsabilidade tem de ser partilhada por quem as educa ou educa mal (Urra, 2006). As crianças protestarem e discutirem quando algo lhes é indeferido, é uma saudável e sintomática da necessidade de independência e autonomia, como adiantam Queirós, Goldschmidt, Almeida e Gonçalves (2003), “as birras são uma manifestação que caracteriza um desenvolvimento psico-afectivo normal” ao contrário de “birras incontroláveis, assim como a agressividade excessiva e os estados de agitação, pela disrupção que provocam” (p. 95). Na opinião de Sá “as pessoas que coexistem no nosso interior sintetizam a identidade (...) pelo modo como nos terão permitido crescer à medida que as fomos identificando em nós e nos fomos parecendo com elas” (cit. por Berger, 2003, p. 9). E continua:

“das pessoas do nosso interior, os pais terão uma preponderância essencial, o que faz com que as falhas da nossa relação com eles, na ausência de interacções reparadoras, se repercutam” noutras relações.

Em 2000, Neto referiu que os pais são os principais agentes de socialização na infância e as atitudes que comunicam têm um efeito profundo e muitas vezes perene sobre as pessoas. Apesar de não haverem dados estatísticos em Portugal que associem a perturbação de comportamento infantil às práticas parentais educativas observadas, existem investigações que corroboram essa associação implicando os pais e a qualidade das relações entre pais-criança no desenvolvimento de condutas sociais não adaptadas. Estudos demonstram que pais de crianças com problemas de comportamento manifestam mais baixa auto-confiança (Yoo, Kim, Shin, Cho & Hong, 2006), e menos calor e envolvimento com os seus filhos (Kerr, Lopez & Sameroff, 2004), e que utilizam o castigo corporal (Mulvaney & Mebert, 2007). Deste modo poder-se-ia dizer que a personalidade parental deixa adivinhar a forma de ser e estar da criança. Existem no entanto outras razões que apesar de aparentemente externas ao carácter do indivíduo (pai/mãe), reflectem o modelo familiar dando pistas que tendencialmente culminam num distúrbio comportamental infantil. Reforçando esta ideia, outras investigações mostraram que os conflitos parentais frequentes (Pauli-Pott & Beckmann, 2007), assim como o desfecho em divórcio (Shaw, Emery & Tuer, 1993), em alguns casos pode ser considerado preditivo de perturbações de comportamento infantil sobretudo no género masculino, sendo que uma delas foi feita especificamente com crianças até aos 7 anos (Benzies, Harrison & Magill Evans, 2004). Gelfand, Jenson e Drew (1988), concordam que a violência na televisão, o divórcio e o stress na família são as variáveis apontadas, e acabaram por concluir que seria na interacção entre vários elementos que surge este tipo de patologia. Também o facto dos próprios pais terem tido comportamentos anti-sociais, prediz uma continuidade para a geração seguinte (Smith & Farrington, 2004), bem como o facto de as mães e os irmãos de crianças agressivas, serem também mais agressivos (Ollendick & Hersen, 1983).

Aos factores indirectamente ligados à postura original dos pais junta-se a existência de algum incidente na vida precoce da criança, especialmente patologia orgânica na primeira infância ou relações de abandono conduzem, de acordo com Diatkine (1985), a problemas de comportamento, por se estabelecerem complexas relações com os pais. Nas crianças em que a sintomatologia surge precocemente existem, afiançado por estudos de Stattin e Magnusson (1996), dificuldades de imposição da disciplina parental ou uma monitorização parental inadequada, ao invés da coerência de uns pais que saibam exigir sem deixar de estimar incondicionalmente. Há um ditado latino bastante demonstrativo do que se acabou de dizer: “Fortiter in re, suaviter in modo” (firmes no essencial, mas com suavidade nos modos).

Todas as gerações apresentam os seus próprios percursos distintivos e idiossincráticos com vista a adquirirem um sentido de identidade e individualidade (Waddel cit. por Strecht, 2004), actualmente os pais como formadores de carácter vão descuidada e irreflectidamente fazendo passar uma mensagem distorcida da realidade. A qualidade da preocupação parental, e da

satisfação das necessidades educacionais, alimentares, psicológicas e afectivas da criança está directamente na proporção da formação de carácter do indivíduo em causa, assim como a gravidade dos comportamentos perturbados está também directamente ligada à precocidade dos primeiros comportamentos desviantes.

São as rotinas, o respeito, os limites que por um lado (pais) se impõem e por outro lado (filho) se respeitam, o diálogo e liberdade de expressão, o suporte afectivo, o mimo e/ou o elogio que fazem com que inicialmente a criança e posteriormente o adolescente saiba que tem um lugar no mundo, que é o lugar especial que tem naquela família. Permite também que o indivíduo saiba até onde deve ir e o porquê dessas balizas, para que as coisas façam sentido. Tudo isto vai ajudar a que não se sinta perdido e a que saiba que ali, em casa, no lar, na família encontrará as respostas às perguntas que se vai fazendo enquanto ser humano, que avança e se propaga tanto física como psicologicamente. Esse desenvolvimento é feito com outras ajudas: A educação escolar; os amigos; os colegas; ou até mesmo os vizinhos de bairro. São tudo formas de aprendizagem. Como diria Sócrates podemos aprender por Conhecimento Proposicional, o tal “saber que” porque alguém nos disse; o Conhecimento por Contacto Directo, quando sabemos que alguma coisa tem determinada forma porque estivemos ao pé dela e a vimos, e ainda o Conhecimento Empírico, ou o “saber fazer”, que implica experiência, o termos praticado determinado feito e daí ter resultado mais uma forma de conhecimento. Para se aventurarem no conhecimento e descoberta as crianças precisam de sentir a casa e a família como uma âncora, a base segura à qual se referenciam e de onde vem a estabilidade emocional interior que lhes permite um equilíbrio entre a dependência e a autonomia (Strecht, 2004). Se fracassam constantemente ou são frustradas nas suas tentativas de autonomia, a sua auto-estima ressentem-se. Uma criança com elevada auto-estima é sociável e popular com os seus colegas, confia mais nas suas próprias opiniões e julgamentos e está mais segura das percepções de si própria. Neto (2000) adianta que são mais assertivas nas suas relações sociais, mais ambiciosas e obtêm melhores resultados académicos. Para isso as crianças precisam de ser ouvidas, exigem atenção, tempo, dedicação, esperança, que se desfrute com elas. Necessitam de normas, de conceitos, que se lhes ensine a debater, a aceitar a crítica, a rir-se de si mesmas; e isto não é possível se os pais estão sempre ausentes, ou se quando estão presentes não se dedicam a elas. Dar banho ao filho, dar-lhe comer, contar-lhe um conto, é estabelecer vínculos interactivos de grande solidez (Urta, 2006).

Podemos ainda dizer que se verifica um paralelismo entre a adaptação familiar e a escolar, ou seja, por norma uma criança feliz e adaptada no contexto familiar também o é em contexto escolar. Strecht (2004) adianta mesmo que em idade escolar, a capacidade de aprendizagem é uma das primeiras a ficar afectada no funcionamento de uma criança sempre que há perturbação emocional.

Os modelos são estendidos, repetidos, mantidos. A severidade, dureza, intransigência, violência e gritos dos pais, só produzem comportamentos semelhantes nos filhos, que desde cedo



têm nos progenitores os tais modelos vivos, cujos esquemas habituais de comportamento, não permitiram um adequado amadurecimento psicológico

No entanto Frick e Jackson (1993) e Wamboldt e Wamboldt (2000), (cit. por Benavente (2001), defendem que se por um lado as famílias podem causar perturbação, por outro lado muitas vezes os problemas surgem na família como resposta aos problemas da criança.

### **Relação e inter relação mãe/pai-filho**

Ser bom pai ou mãe é provavelmente uma das tarefas mais exigentes e difíceis da idade adulta. Requer capacidades que recorrem muito ao que há de melhor no ser humano como o amor, a confiança, o humor, o dever, a generosidade, a coragem, a firmeza, o altruísmo ou a indulgência (Waddel cit. por Strecht, 2004), apesar disso, no entender de Ferreira (2002), “dificuldade no exercício da função” não se pode confundir com “incapacidade parental” (p. 71). As diversas perspectivas psicanalíticas pressupõem uma profunda relação entre os primeiros comportamentos vinculativos da criança com figuras significativas (na generalidade os pais, e em particular a mãe) e a natureza dos subsequentes relacionamentos, como reifica Golse “...si on tien en compte, non pás seulement du processus comportementel de l’attachement, mais de representations mentales que s’en fait le bébé et qui joueront comme introjects plus ou moins stables au cours de son développement ultérieur.” (cit. por Lebovici, Diatkine & Soulé, 2004, p. 174). Há vínculos positivos que fornecem o apoio necessário ao desenvolvimento psíquico da criança e lhe permitem organizar o seu mundo interior. Bost et. al. (2006), inferiram a esse propósito que a maneira como as crianças organizam os seus pensamentos sobre a emoção são, pelo menos potencialmente, característica do estilo de narrativa dos seus pais. Outros há, negativos, traumáticos, causadores de excitação violenta, brusca, prematura, fortemente desorganizadores e que apenas permitem que se construam mecanismos patológicos de apego e de identificação, tal como afirma Sá “quanto mais profundo for um processo de vinculação, menos traumáticos serão os movimentos de separação” (cit. por Berger, 2003, p. 9). Para adquirirem um estilo de vinculação segura as crianças precisam de “mães sensíveis aos seus sinais de preocupação, felicidade e fadiga. É este sentimento de segurança emocional que cria um sentido de confiança nas pessoas que estão próximas, uma falta de preocupação em se sentir abandonado e um sentimento de que se é valorizado e amado” (Neto, 2000, p. 215). A percepção da criança, sobretudo por parte da mãe como um ser intencional, é a base de uma vinculação segura, necessária ao desenvolvimento do self (que se adquire através da interação com o outro) e de capacidade de mentalização, factor promotor, como Fonagy (1998), assegura, de resiliência e de inibição de tendências anti-sociais. Quando uma criança brinca trocando as figuras dos bons com as dos maus, manifesta que nada é seguro e que não pode confiar em ninguém. Por detrás da agitação comportamental observável, nota-se a existência de uma vida mental dominada por

angústias paranóides e pela ausência de uma relação de confiança. Como Matos (2003) sustenta “No território limítrofe são as cóleras e as birras sustentadas, as mudanças súbitas, inesperadas e maciças de humor, as ternuras inusitadas, a instabilidade constante (...) das angústias incontroláveis, das fobias invasivas, dos rituais bloqueantes, da sideração do eu perante uma exigência adaptativa maior. (Ponto chave do diagnóstico da perturbação “borderline” em qualquer idade)” (p. 197). É inequívoco que o grau de dinâmica parental está claramente assente na capacidade dos pais recorrerem à experiência interiorizada de ter sido compreendido e contido (Strecht, 2004).

Percebe-se que a função parental funciona como alicerce à estruturação sana do psiquismo de um indivíduo, que dela depende para se desenvolver e integrar enquanto ser humano sociável, Bowlby (1973, cit. por Rodrigues, Figueiredo, Pacheco, Costa, Cabeleira & Magarinho, 2004) acrescenta que a criança elabora um conjunto de expectativas acerca do próprio, dos outros e do mundo em geral, que correspondem à interiorização de características das suas interações com os pais, designadas por “working models”.

Quando a família com as suas fragilidades e hesitações, não o consegue proteger e pela sua imprevisibilidade, não constitui um meio suficientemente contentor, observa-se uma interação marcada por pouca ressonância afectiva e pouca contingência, em que os sentimentos e preocupações da criança não têm resposta e cujas manifestações não é atribuído significado. Pais imaturos, por exemplo, podem conceber o bebé como anti-depressivo em fases de crise da vida conjugal (Ferreira, 2002). Um dos cinco factores de risco nomeados por Fonagy (1998), são as dificuldades na relação precoce, onde podemos observar um confronto entre as dificuldades do bebé e as dificuldades parentais, responsável pelo início de um ciclo vicioso impeditivo do acesso da criança à capacidade de atribuir um sentido ao comportamento e às intenções do outro. Bion defendia que a autenticidade da busca da verdade da nossa experiência encontra-se, na capacidade de termos efectivamente a experiência, no sentido de ficarmos com ela, de nos submetermos a ela e a sofrermos, ao invés de procurarmos ignorá-la, ou de encontrarmos alguma forma de a contornar (cit. por Waddel, 2003). A criança inadaptada sente-se insegura e infeliz e encontra sérias dificuldades nas suas relações pessoais (Lebovici, Diatkine & Soulé, 2004). Perde os poucos amigos que faz, devido ao seu carácter egoísta, vingativo e desagradável. Mas para além disso, a inadaptação nem sempre se mostra em actos punitivos exteriores (heteroagressão), há crianças inadaptadas e tímidas que “preferem” castigar-se antes a si próprias, auto agredindo-se. Algumas por estarem afectadas por sentimentos de culpabilidade e a sua tensão e pressão emocional manifestar-se sintomaticamente por dores de cabeça, enjoos ou falta de apetite. “Quem me dera ser forte como eles (pais) e não ficar magoado quando alguém não gosta de mim.” (Sá, 2000, p. 23).

As relações parentais dos nossos dias instalaram-se em pólos opostos: por um lado a negligência, por outro a super-protecção. Este último pauta-se por uma mistura de papeis onde emerge um excesso de reivindicações dos direitos das crianças minimizando os deveres destas e

as suas próprias obrigações enquanto pais, recusando pensar no que é efectivamente ser mãe ou pai no significado da sua essência, na sua interioridade, na importância vital do ser maternal do qual depende a construção do ser humano que é um filho. A irresponsabilidade eleva-se em atitudes parentais despreocupadas, seria todavia tarefa parental estabelecer os limites, e separar a fantasia da realidade o que, não acontecendo potencia a desobediência e os transtornos de conduta, levando os seus filhos a serem incapazes de esperar, reter, tolerar ou conciliar, emergindo uma nítida falha anal (Ferreira, 2002), pelo facto de não terem sido interiorizadas as regras mais elementares. Os personagens à sua volta não passam de objectos fecais que ela magicamente pode destruir, não no pensamento ou na vida fantasmática do jogo mas numa triste realidade agida. Urra (2006), argumenta que os pais estão desta forma a inviabilizar a interiorização e o cumprimento das normas e regulamentos imprescindíveis para a boa vivência em sociedade e que se reflectem também a nível pessoal bloqueando a autenticidade e afirmação individual dos filhos, favorecendo o falso *self*, pela ignorância e não apreensão de valores, modelos e regras que por um lado condicionam, é certo, mas por outro sustêm, encontrando um balanço adequado entre dependência e autonomia. Nesta geração de pais, falha a capacidade de se separarem dos próprios filhos e o primeiro sintoma deste caos confusional é a abolição de limites, fronteiras claras, entre a geração de pais e a geração de filhos é por isso que tal mudança geracional merece especial atenção porque se sente como vertigem do negativo, do vazio, do abandono, da ausência, da perda de referências internas (Ferreira, 2002).

Tendo sempre como referência a compreensão, o diálogo e o tratamento cuidadoso e carinhoso, devemos habituar a pouco e pouco a criança a valer-se dos seus próprios meios, a tomar iniciativas e a assumir algumas responsabilidades, mas sempre de forma gradual para que não se sinta afectada na sua segurança, por tentar um comportamento autónomo, demasiado precoce. A força psicológica interior e o bem estar vêm da relação entre as balizas criadas pelos pais, regras, disciplina, rotinas e a satisfação das necessidades físicas, e da experiência de sentir que pensam nelas, que são amadas e que nunca são esquecidas (Strecht, 2003). Deste modo vai construindo no dia a dia o edifício da sua própria segurança: A auto-estima. Como afirma Lang (cit. por Tierno, 1989) “A educação é uma coisa do coração, e se este falhar, todas as técnicas pedagógicas, por mais perfeitas que sejam, fracassam” (p. 109).

### **Imaturidades**

A escassa presença dos pais e falta de dedicação compensada pela excessiva permissividade, podem aumentar o ego infantil, apesar disso o diálogo levado ao extremo e ausente de imposições anulam o papel parental incapacitando-os de transmitir mensagens coerentes e em se tratando de famílias desestruturadas baseiam a relação em negociação, consentindo e cedendo a tudo. Quando a educação parental falha na sua função primordial de

preparar um filho para o futuro dando-lhe autonomia através da segurança e confiança que lhe proporciona, e ao invés o priva de vivências quotidianas com o intuito de as poupar de frustrações ou sofrimentos desnecessários, converte estes actos inconsequentes em forte prejuízo a quem defende mais amar, a criança (Sá, 2005). De acordo com Ferreira (2002) “ser adulto, é tornar-se capaz de elaborar - digerir, viver todos estes confrontos. Evitá-los à criança é amputá-la do seu maior valor interior – cortar-lhes as asas do pensar” (p. 34). Assim vejamos o que diz Amaya (2005) “ambientes onde a criança é o centro das atenções, onde a escola é a sua única responsabilidade, onde lhe é satisfeito qualquer capricho imediato, propiciam que o cérebro se converta num cérebro frágil” (cit. por Urra, 2006, p. 53)

Como melhor explica Goldberg (2001), se a criança não é confrontada com situações de responsabilidade e não sofre a consequência das suas escolhas, o lóbulo frontal não terá suficientemente informação para o seu desenvolvimento e a sua imaturidade fará com que o cérebro active a área anterior, dando lugar a condutas instintivas e respondendo com impulsividade a qualquer situação que lhe provoque alguma ameaça ou risco de perder a sua segurança e comodidade (cit. por Urra, 2006). Um mau crescimento dos instrumentos de controlo do sistema nervoso central provocará não só o atraso do desenvolvimento cognitivo mas também atrofia do afectivo e social. Van Goozen, Fairchild, Snoek e Harold (2007), argumentam que funcionamentos serotoninérgicos e mecanismos de regulação de stress são importantes para explicar as diferenças individuais no comportamento anti-social. Além disso, o baixo nível de medo da punição e pouca actividade fisiológica podem predispor os indivíduos anti-sociais a procurar estimulação ou assumir riscos e pode ajudar a explicar a baixa socialização.

De acordo com Jean Piaget, psicólogo cognitivo, o egocentrismo é uma característica da etapa pré operatória e define-a como a incapacidade cognitiva para distinguir entre a sua própria perspectiva e a do outro, pois a criança pensa que o mundo existe e se move à sua volta (1994). No entanto esta etapa, apesar de habitualmente terminar por volta dos sete anos de idade poderá prolongar-se dependendo da dinâmica de interacção entre pais e filhos. As crianças descendentes de pais permissivos, quando adolescentes continuam a acreditar que os outros vivem preocupados exclusivamente com eles. São comportamentos de superioridade que deixam antever auto-estimas reforçadas pela super protecção parental em detrimento da aprendizagem pessoal. O progresso das neurociências tem mostrado que o Bem e o Mal devem ser interpretados como dependentes do estado do sistema nervoso. Para que um ser humano possa demonstrar comportamentos sociais adequados, é necessário que a aprendizagem, de que depende o processo de socialização, tenha ocorrido durante o desenvolvimento (i.e), que o meio ambiente em que o indivíduo cresceu tenha sido propício à maturação biológica e psicológica e também à sintonização dos comportamentos com as situações sociais. Como enfatiza Damásio (2003), “o que se passa com os indivíduos que tiveram uma lesão durante a infância é que nunca ultrapassam o nível pré-operatório e são portanto claramente anormais”. Tanto nos adultos, como nas crianças, o problema parece dever-se a um defeito de processos emocionais Essas

deformidades no desenvolvimento, por sua vez, podem não ser causados por lesões, mas serem sim de causa genética, ou serem devidas a um ambiente afectivo deficitário que pode tomar várias formas, desde o abandono da criança, à violência física ou cultural, e a deficiências nutritivas.

Podemos assim depreender que uma imaturidade estrutural grave é secundária a uma história de vida precocemente marcada pelo pouco investimento afectivo e relacional. Strecht (2004) concorda que é importante termos a ideia de que apesar de todas as crianças nascerem com um determinado potencial de base, incluindo o cognitivo, só o desenvolvem se houver adequada estimulação do meio envolvente, reforçando que também existem quadros de imaturidade global não tanto por pouca estimulação, mas sim por demasiada protecção, que deixam as crianças colados numa posição imatura.

A qualidade da comunicação original entre a mãe e o bebé é primordial, como defende Bion (cit. por Waddel, 2003) no modelo de crescimento, o qual é nutrido pelas verdadeiras experiências e envenenado pelas falsas, sendo este tipo de alimentação menos cognitiva do que emocional. Mas apesar do sintoma ser do filho, é porque nele são projectadas as ansiedades das gerações dos pais. Se analisarmos a história biográfica dos pais deparamo-nos com uma patologia geracional evidente, com grandes falhas da função maternal/paternal e que não lhes permitiu também atingir a idade adulta. Estes pais imaturos vão procurar nos filhos um reencontro acolhedor substituto da função esperada e frustrada na relação com os próprios pais (Ferreira, 2002). Odgers, Milne, Caspi, Crump, Poulton e Moffitt (2007), chegaram à conclusão que a história familiar permite refinar o diagnóstico de conduta de desordem e identificar as crianças que mais precisam de tratamento

## **Tratamento**

A problemática da falta de limites e regras que os pais devem impor tornou-se num dos pontos de maior fragilidade que hoje se detectam no processo de crescimento emocional dos mais novos. De acordo com Strecht (2004), existe mesmo o “risco deste problema se tornar numa verdadeira epidemia ou de se organizar numa questão com contornos de saúde pública” (p. 173), passando a ser emergente tentar encontrar uma solução.

Entre as várias técnicas e instrumentos que permitem o diagnóstico desta patologia, Perturbações do Comportamento, destacam-se a entrevista, quer da criança quer dos pais, em conjunto e separados, com a elaboração da respectiva anamnese; os métodos projectivos, onde podemos utilizar o TAT e o Rorschach; a elaboração de listas de comportamento, os métodos de observação directa através por exemplo da utilização da caixa lúdica ou do desenho livre; e os

inventários de personalidade. A partir do diagnóstico pode então dar-se início a um plano de tratamento que se refere a uma psicoterapia.

A psicoterapia pode ajudar os mais pequenos a melhorarem a sua auto-estima e controlo, contribuindo, por sua vez, para a melhoria do seu comportamento. Poder-se-á auxiliar o paciente a melhorar o seu funcionamento social, encontrando estratégias de tolerância à frustração, aumentando os contactos sociais. A psicoterapia individual ou em grupo pode ser muito útil à criança e pode ainda ser complementada com treino de técnicas para o aumento de competências psicossociais. Esta é uma terapia que tem ou deve ser feita em conjunto com os pais e outros educadores/professores para que o tratamento se revele eficaz (Stratton, 1997). Assim uma aproximação terapêutica que empenhe o conjunto do núcleo familiar é mais oportuna que o tratamento focalizado somente na criança-sintoma. Como será de prever, uma terapia que se resuma à ida da criança ou adolescente ao psicólogo, ainda que tenha os seus benefícios, estes não serão de todo tão evidentes como se forem acompanhados de uma predisposição familiar e escolar, que envolva o contexto do paciente em questão, no empenhamento conjunto pela alteração da situação actual.

O tratamento deste tipo de patologia deve assumir-se como abordagem integrada actuando sobre as várias dimensões da vida da criança, família e escola como já referimos, mas também amigos/pares. Há indicações a dar aos pais, sendo muitas vezes necessário o seu acompanhamento terapêutico também, tanto assim como o dos irmãos se os houver, para que se dê realmente a mudança pretendida, através de terapia familiar, orientação parental, aprendizagem social e programas de treino, até porque, de acordo com Mones (1998) “a estratégia de intervenção mais eficaz e mais frequentemente citada na literatura é a que ajuda os pais a renunciar aos seus padrões de crítica negativa e de coerção nos seus esforços para controlar e alterar o comportamento dos filhos” (p. 148). No trabalho com a família o recurso a técnicas orientadas de base comportamentalista, torna-se indispensável quando há pouca diferenciação, dificuldades de comunicação com o terapeuta, ou quando os seus elementos apresentam insight reduzido. As próprias reduções do comportamento desviante da criança terão repercussões no funcionamento familiar e parental. Kadzin e Wassel (2000), acreditam que estas técnicas são por assim dizer de maior eficácia do que a espera por tratamento, a inexistência de tratamento, as terapias pelo brincar e as terapias da relação. Ainda sustentado por estes autores as técnicas a utilizar com a criança ou o adolescente passam pelo desenvolvimento de competências de resolução de problemas. Em geral, o melhor tratamento consiste em tirar a criança de um ambiente prejudicial e submetê-la a uma disciplina rigorosa, onde constem o afecto e a segurança tão necessária nesta patologia.

Em casos extremos as crianças são internadas em unidades hospitalares ou instituições de acolhimento. Aqui considera-se que o empenhamento dos pais deve aumentar na proporção de quanto menor for a criança em questão. O internamento pode proteger a criança da excitação, mas não da angústia e da depressão (Diatkine, 1985, cit. por Benavente, 2001). Se percebermos

que o comportamento patológico da criança aparece como tentativa de manter o equilíbrio narcísico perturbado, o sentimento de ser diferente, das crianças em internamento, pode contribuir para o reaparecimento de sintomas. Yang, Ullrich, Roberts e Coid (2007), apuraram que os cuidados institucionais na infância, a longo prazo estão relacionados com problemas emocionais e comportamentais e pode afectar negativamente o desenvolvimento da personalidade. Podemos então considerar que o internamento pode ter consequências contraproducentes, por um lado a criança ou adolescente é inserido num ambiente artificial e desconhecido, o que por si só já é representativo de angustia, e por outro repetir-se-ão as experiências de frustração afectiva precoce que estão, como já vimos, na origem dos problemas. De acordo com Matos (1991) a frustração da expectativa de receber afecto, apreço e reconhecimento é, de entre todas, a que mais hostilidade e revolta provoca.

Sabemos por tudo o que já foi dito que as Perturbações do Comportamento escondem modelos educacionais parentais desastrosos, existem pais que não têm aptidão para o ser, ou por qualquer razão não têm ou deixaram de ter em determinado momento disponibilidade psicológica (e muitas vezes física) para proceder a uma educação dentro do que se considera normativo. Percebemos e fazemos perceber que os sermões e as ameaças não funcionam. Quando os pais e a família forem capazes de responder às exigências da frustração, os problemas de comportamento tenderão a cessar. Outro ponto a favor referido no DSM-IV-TR (Frances, 2004), será o tempo, porque mesmo os indivíduos que desenvolvem esta perturbação tendem a mitigá-la com a idade, não evoluindo para a Perturbação Anti-Social de Personalidade.

### **Formulação do problema**

A perturbação do comportamento infantil é uma patologia que tem vindo a evidenciar-se nas últimas gerações e que com ela acarreta consequências, de peso extremo, sociais e pessoais consideradas irreversíveis Esta conduta não é nova, já foi tratada de psicopatia do desafecto por Bowlby (1982), por ligar evoluções delinquentes a alterações na qualidade de ligação emocional entre pais e filhos. Winnicott (1995/1987), insistia que estes actos escondiam sempre uma intensa privação emocional, uma injustiça que aguarda ser reparada e Spitz (cit. por Fornelos, Rodrigues & Gonçalves, 2003), descrevia as alterações registadas nos bebés a propósito da separação ou perda súbita dos seus adultos de referência. Nas palavras de Matos (2002) “a perenidade da tendência instintiva de aconchego atestam o companheirismo (que não é só necessidade de protecção, de segurança ou de tutela, dita de anáclise, mas também de simples contacto, mesmo que a certa distancia, de «sentir o bafo» do outro)” (p. 218). No entanto, na opinião de Soulé, Lauzanne & Leblanc (cit. por Lebovici, Diatkine & Soulé, 2004), “a pobreza destas trocas pode estar ligada também a certas disposições psicológicas da mãe” (p. 2535). Percebe-se então a importância de um estabelecimento da relação mãe-filho como assento de um funcionamento

infantil arredado de perturbações. Neste seguimento, também Urra (2006), refere que o ambiente familiar, o apoio e afectividade e os vínculos sólidos são determinantes para ultrapassar situações de maior adversidade. Eisenberg, Zhou, Spinrad, Valiente, Fabes e Liew (2005), concluíram que níveis elevados de apoio de ambos os pais e estruturas familiares mais próximas estavam associadas com menor exteriorização de problemas comportamentais e a esse propósito Gadeyne, Ghesquière e Onghena (2004), já tinham concluído que os problemas em exteriorizar e dificuldades de atenção das crianças estavam claramente relacionados com baixos níveis de apoio por parte dos pais. Quando estes alicerces não são suficientemente sustentáveis e contentores no pequeno indivíduo, explana-se de uma forma geral, em alterações de comportamento, uma patologia que se caracteriza por comportamentos padronizados anti-sociais; agressivos e/ou desafiantes; de violação de regras parentais e de normas sociais. A insegurança provocada pelas práticas parentais plenas de contradições e inconstâncias representa-se em atitudes agressivas de manifestações de mal-estar interno. Neto (2000), ressaltou que o auto-conceito não constitui necessariamente uma visão objectiva do que somos, mas antes um reflexo de nós próprios tal qual nos percebemos. Um estudo de Solantaus-Simula, Punamäki e Beardslee (2002), sugere que as discrepâncias nas percepções por parte de pais e filhos relativamente a estilos parentais e problemas de crianças podem ser significativos para compreender interações de família, e desenvolvimento e bem-estar dos mais novos. Crianças com comportamento perturbado predis põem-se a partir imediatamente para o agir, indicando dificuldade em usar a linguagem para comunicar, para partilharem as suas experiências, ou expressar sentimentos, transformando chamadas de atenção infantil articuladas aos pedidos mudos de ajuda, em mau comportamento frequente e duradouro, condições exigidas pelo DSM-IV-R (2004) para categorizar esta patologia como tal.

O facilitismo parental deliberado tem promovido seres vegetativos desabitoados do esforço de raciocinar, que se tornam conseqüentemente incapazes de aceder a um pensamento reflexivo, tendendo a não relacionar o motivo à acção e à sua consequência. Por outro lado a permissividade constante nas educações actuais faz com as crianças vejam as figuras de autoridade (pais, professores, etc) como intrusas e injustamente punitivas, isto porque os pais promovem a inversão de papéis com os seus filhos, ilibando-se da sua função de educadores. Recuperando as palavras de Tierno (1989), os pais devem educar as crianças para a auto-regulação e não podem deixar para a escola e para os avós responsabilidades que são suas. Esta igualdade de gerações relativa a uma mudança geracional em que o mundo laboral competitivo obriga a um investimento de horário sobrecarregado, bem como a integração da mulher nesse mundo (Urra, 2006), reduziu muito o tempo de dedicação aos seus filhos. Sá (2005), considera que apesar da actividade feminina ser crescente, as crianças continuam a precisar de atenção e dedicação e a educação exige tempo. Estas metamorfoses vêm justificar a necessidade de compensação parental, que favorece um crescimento infantil num registo perfeitamente onnipotente (Strecht, 2004), a demissão dos pais pode repercutir-se num egocentrismo infantil,



numa espécie de pequenos ditadores sem regras, que não têm noção dos limites, a que os pais dizem não ter mão. Na opinião de Urra (2006), a falta de coerência; a falta de consistência e a falta de continuidade parentais são outras das propriedades fundamentais ao registo desta patologia infantil. A falta de coerência traduz-se pela inconstância de critérios, fazendo assim passar uma mensagem confusa e pouco convicta; a falta de consistência descobre-se na força infantil sobre a fraqueza parental, ou seja, ainda que agora digam “não” perante a insistência da criança acabam por dizer “sim”; e a falta de continuidade diz respeito à ausência de postura educativa, que passa por períodos de firmeza intercalados com outros de permissividade.

No intuito de cumprir, da melhor forma possível, a tarefa enquanto pais, infere-se essencial poder reflectir sobre os modos de agir com as crianças, estabelecendo regras e limites pois, só assim, a criança terá a oportunidade de desenvolver a sua consciência moral e gerir as suas próprias emoções, como concorda Capela (2007). Por se considerar que as Perturbações do Comportamento nas crianças se podem efectivamente transformar numa questão com contornos de saúde pública, achou-se pertinente investigar as práticas educativas parentais, que se evidenciem comuns e que possam eventualmente estar na raiz desta patologia infantil, através de um estudo com mães e professoras do ensino básico.

## MÉTODO

### Participantes

Os participantes deste estudo são uma avó e 3 mães de crianças com perturbações do comportamento estando as respectivas entrevistas referenciadas por “A”; “B”; “C” e “D”., e quatro professoras do ensino básico, com contacto directo com crianças sinalizadas com a mesma patologia, entrevistas “E”; “F”; “G” e “H” (num total de oito), com idades compreendidas entre os 25 e os 49 anos. Todas as crianças visadas nas entrevistas efectuadas, frequentam a escola básica, manifestam problemas de comportamento e têm idades entre os 6 e os 12 anos de idade.

As quatro primeiras entrevistas pertencem a trabalhos realizados anteriormente (Ferreira, 2005), e segundo os dados disponibilizados foram efectuadas a uma avó/educadora e 3 mães de crianças sinalizadas em consulta psicológica com problemas de comportamento entre outros. Das mesmas constam: Entrevista A: Mãe com 37 anos, empregada por conta própria, casada com o pai da criança, de 40 anos, também empregado por conta própria. Esta é uma mãe de dois filhos: Um de 10 (criança referenciada) e uma filha de 12 anos. Entrevista B: Avó paterna (idade da mesma não facultada), da criança sinalizada, com a qual vive após o divórcio dos pais da criança (data do mesmo não disponibilizada). Mãe da criança com 31 anos, empregada fabril, divorciada, mantém contactos quinzenais com a criança, Pai com 31 anos, cabeleireiro de homens,

divorciado, vive com os pais e com a criança de 8 anos, filha única, da qual obtém a guarda parental. Entrevista C: Mãe de 33 anos, desempregada e separada do pai da criança de 42 anos, empregado de recauchutagem de pneus. A mãe tem a guarda dos dois filhos, um de 22 meses e a criança assinalada, de 8 anos. Entrevista D: Mãe com 35 anos, empregada por conta própria, casada com o pai da criança de 8 anos, tendo este 37 anos e também empregado por conta própria. As restantes participantes foram quatro professoras do ensino básico com experiência directa com crianças problemas de comportamento. Das quais fazem parte: Uma professora de Inglês do ensino básico, com 25 anos, 4 de funções lectivas que englobam os quatro anos contemplados no ensino básico e com experiência com crianças com problemas de comportamento; uma professora do ensino básico, com 29 anos, 8 de profissão a leccionar actualmente o 1º e o 2º anos, com crianças sinalizadas com problemas de comportamento; uma professora do ensino básico, com 49 anos e 25 em actividade de ensino, a leccionar o 3º ano, com duas crianças (neste ano lectivo) com problemas de comportamento; uma professora do ensino básico, com 31 anos e 10 de profissão, a leccionar actualmente o 4º ano, com uma criança (neste ano lectivo) com problemas de comportamento, a qual foi sua aluna desde o primeiro ano do ensino básico.

### Procedimento

Optou-se por entrevistar algumas professoras do concelho de Torres Vedras, as quais acederam prontamente na condição de não serem identificadas, nem identificarem as crianças alvo. Assim, para além da explicação dada inicialmente, foi reforçado o carácter anónimo e confidencial das informações prestadas tanto quanto a importância da colaboração a efectuar mediante entrevista gravada, com a duração aproximada de uma hora. Foi obtido o consentimento informado através de carta, onde se explica em detalhe o objectivo do estudo bem como a importância da sua cooperação. Os dados foram recolhidos por meio de entrevistas semi estruturadas, que constam de uma questão inicial “Como é ser mãe de... (nome da criança)” ou no caso concreto das professoras “Gostaria que me falasse da sua experiência com crianças com perturbações do comportamento” e posteriormente de questões abertas, de forma a direccionar a entrevistada para o tema em estudo (responsabilidade parental), de forma a evitar dispersões ou ainda a fundamentar algo que se pretenda ver melhor esclarecido. Isto permite também que a pessoa se expresse mais livre e espontaneamente e que se recolha desses dados qualitativos a maior informação possível (Ghiglione & Benjamin, 1992, cit. por Gonçalves & Pires, 2001).

### Análise de dados

Concluídas as entrevistas foi feita uma transcrição das mesmas de forma a serem analisadas de acordo com o Método *Grounded Theory* (Glaser & Strauss 1967), codificadas e categorizadas, feitas comparações e daí estabelecidas relações entre essas mesmas categorias, sempre num acto simultâneo. Começou-se então a denominar algumas frases ou parágrafos das entrevistas que constituíram um incidente, o que se chama de codificação aberta, fazendo depois corresponder a cada um deles uma categoria conceptual. Durante este processo foi continuamente aprofundado o estudo através de leitura específica relacionada com o tema, bem como redigidos memorandos que auxiliam na avaliação das características e propriedades dos códigos e categorias emergentes, uma vez que por se relacionarem e interligarem torna-se muitas vezes difícil eleger a palavra exacta para definir determinada categoria, obrigando-nos a reanalisar as entrevistas e por vezes até a recodificá-las com uma nova palavra, entretanto surgida e que melhor especifica. Seguidamente, na codificação teórica, procedeu-se à reunião dos dados recolhidos na codificação aberta estabelecendo conexões entre categorias e subcategorias. Com a constante comparação das relações entre categorias, emerge o processo social básico ou categoria central. Nesta fase de codificação selectiva, foi preciso certificarmo-nos da real integração das categorias e das suas propriedades directamente relacionadas com a categoria central, pois tudo o que não se refere ou relaciona com o processo social básico, é eliminado. Finalmente construiu-se um modelo a partir das categorias seleccionadas, nomeadamente a categoria central e as categorias a ela relacionadas que serve para expor a teoria entretanto surgida.

## RESULTADOS

À medida que as entrevistas foram analisadas e codificadas foi possível verificar que o **comportamento parental** está na base da patologia focada neste estudo e que não sendo exclusiva, se evidencia em detrimento de causas ambientais, sociais ou outras, procedendo a três categorias principais: A **inconstância educativa**; a **necessidade de compensação** e a **negligência parental**, que se manifestam perante a criança de um modo comum: Através da **incoerência de reforços**, o que por sua vez suscita um grande sentimento de ansiedade tornando a **criança insegura**. Isto proporciona uma reacção circular entre **derrota parental** e o estado de insegurança infantil. E são todas estas condicionantes que afluem em **perturbação do comportamento infantil**.

As crianças reagem de forma disruptiva perante a **inconstância educativa**, que se manifesta por exemplo através da falta de regras. Têm poucas rotinas, hábitos salutar e *regras*,

e falta-lhes perceber até que ponto podem ir e o que lhes é permitido ou não fazer a nível social. Essa falta de estrutura parental presencia-se ainda quando, depois de vários esforços de resultado inobservante, as mães recorrem ao grito como forma de *autoridade*, podendo este ser de certa forma comparado a uma agressão, pois não passa de uma reacção à própria impotência verificada. Esta manifestação é igualmente utilizada pela criança, acusando abertamente uma falha no dever de *respeito* à entidade parental, que se espalha a qualquer outra pessoa, seja esta adulta ou não. Também a enorme permissividade presente nesta categoria, descridibiliza a *autoridade dos pais*, abrindo espaço ao domínio infantil. A **compensação geracional** traduziu-se na vontade que os pais mostram de fazer da vida dos filhos aquela que eles acham que gostariam de ter tido, passando assim de um pólo geracional em que a *autoridade parental* era inquestionável e se vivia num clima de *respeito* e quase medo para o pólo oposto, onde rege a *ausência de limites* infantis. Com a desculpa de “para que não fiquem traumatizados” é-lhes *cedido, permitido* e oferecido tudo o que os seus pais ou avós não tiveram “para que não tenha que passar pelo mesmo”. Também situações de divórcio (e muitas vezes de conflito parental), provocam nos pais sentimentos de culpa que despoletam a compensação material. Isto é, perante uma evidente falha cometida pelos progenitores, que regra geral diz respeito a “falta de colo” (falta de atenção, falta de carinho, falta de tempo dispensado), estes admitem-no tentando consertar o erro já identificado, com um outro. A criança percebe que toca o progenitor que com ele ficou a viver e *manipula-o* de modo a atingir os seus mais breves caprichos. Para além deste enquadramento que se transforma velozmente em trunfo infantil, encontramos ainda a doença precoce. Quando uma criança sofre de alguma doença em início de vida ou experimenta um episódio que reverte em enorme preocupação parental, pela possibilidade da sua não sobrevivência, este argumento ajusta-se que nem uma luva na vitimização e manipulação infantil. Estas crianças aos olhos dos seus progenitores são pessoas mais frágeis que precisam de especial atenção, e merecem ser vistas de forma menos austera do que outra criança dita normal. Antagónica é a despreocupação, apontada como **negligência parental**, uma outra forma de permitir atitudes infantis inconsequentes por nunca serem balizadas ou controladas. Nesta categoria estão presentes propriedades como o desinteresse parental, a *despreocupação* com o filho e tudo o que lhe diz respeito é notável, tanto quanto o desleixo declarado. E mesmo quando confrontadas com este comportamento e a gravidade da situação, assim como potenciais consequências nocivas, as mães tendem a desvalorizar o problema como estratégia de defesa pessoal. Ao fazê-lo julgam retirar a gravidade e importância do mesmo. Pensam então, por esta via contornar o problema em si mesmo e quando não o conseguem delegam responsabilidades, ou seja, a provar pelo discurso dos próprios, os pais fazem o que podem e se realmente o filho apresenta alguma patologia do agir, será por culpa de alguém que não eles próprios. Nestas entrevistas foi uma categoria que apareceu repetidamente e foi elo comum a todas as mães entrevistadas ou referenciadas pelas professoras, parecendo-nos haver alguma dificuldade em aceder a um pensamento reflexivo, que as faça questionarem-se ao invés de imputar uma responsabilidade que lhes pertence. Em filhos de *pais divorciados* constata-se amiúde essa

delegação de responsabilidades para o ex. cônjuge. Já no caso de pais que formam um casal, essa direcção de responsabilidades vai com frequência para os professores ou para os pares com quem a criança se relaciona. Outra das descrições presentes em mães manifestamente negligentes é o reagir perante a alteração de comportamento do seu filho pelo meio da ignorância. Adoptam esta forma de estar para “não se *chatearem*”, como as próprias verbalizam, ou para simplesmente não se darem ao trabalho de assumir que o filho tem um problema. A acomodação é um dos tópicos mais consistentes da negligência parental, que passa, para além das categorias já referidas, pelo *incumprimento dos deveres* básicos parentais como o assegurar a alimentação, a higiene e a educação infantil, tanto quanto propiciar um ambiente favorável ao próspero desenvolvimento dos seus filhos.

Qualquer destes posicionamentos educativos revelou insucesso e caracterizou-se na prática por mensagens confusas e/ou erróneas na acção dos **reforços incoerentes**. Os reforços servem para intensificar e fortalecer as atitudes infantis, fazer compreender o significado das mesmas e as consequências que estas podem ter pessoal ou socialmente, permitindo desta forma à criança avaliar o seu próprio comportamento e ajustá-lo ao que considerar melhor, tendo para isso informação e exemplos parentais. Assim poder-se-ia acrescentar que perante uma atitude ou comportamento adequado a criança teria consequentemente um reforço positivo, como um elogio ou um bônus, na mesma proporção que um mau comportamento significaria um reforço negativo materializado num castigo ou punição. Se se ultrapassar as normas, então há que sofrer uma sanção clara, imediata, coerente e proporcional e o castigo tem de ser cumprido. Nos pais de crianças com perturbação do comportamento o que se percebe é precisamente o contrário, grande parte das vezes, na imediação de um comportamento desajustado a criança para além de não ser punida por tal, ainda é recompensada, por exemplo quando está a fazer uma birra enorme no super mercado porque quer que a mãe compre um brinquedo e em vez de ser castigada pelo comportamento inadequado, é contemplada com a compra desse brinquedo, com a desculpa de “só para não a estar a ouvir”. O que acontece é que a mensagem educativa passa de forma torta, fazendo com que a criança acredite que é um comportamento desajustado que a leva a obter os resultados desejados.

Uma **criança insegura** é o resultado das atitudes inconsequentes dos pais, assim como da incoerência, da falta de critérios, da incongruência, da inconsistência e da descontinuidade nos reforços educativos aplicados. É esta a categoria que explica em grande parte o fenómeno em estudo, aquela que parece ser o principal problema e preocupação relativa às crianças envolvidas, já que a convergência das categorias seleccionadas como representativas do trabalho efectuado verifica-se precisamente na insegurança infantil. O jeito deliberado como as crianças agem informa-nos de uma ausência de atenção e preocupação parental preocupante. A idealização dos progenitores é posta em causa, de cada vez que a *postura parental* se mostra *incoerente*, seja a nível educativo ou de afectos, o que resulta em medo para a criança. A família e o ambiente instaurado na mesma, são o padrão que serve para modelar a forma de estar e os valores de inter-

relação social que a criança irá demonstrar na sociedade em geral, deste modo, quando estas famílias não servem de contentor à criança, e lhe transmitem mensagens difusas que lhe provocam instabilidade a criança tende a exteriorizar essa angústia, transformando-a numa chamada de atenção sob a forma de comportamentos desajustados. Inerente à insegurança infantil está a **derrota parental** que surge resultante da ineficaz atitude comportamental dos pais de crianças mal comportadas. As mães estudadas pautam a sua atitude educativa pela cedência aos caprichos infantis. Quando a criança se apercebe que está a conseguir atingir os pais e que estes mediante insistência se cansam e acabam por anuir, conclui que descobriu o caminho para alcançar o que mais deseja. As atitudes *permissivas* concedidas às crianças de forma gratuita, rapidamente se transformam em descontrolo, pela dificuldade em restituir a situação inicial.

O que se verifica produto de todas estas condicionantes é a **perturbação do comportamento infantil**. Para além das manifestações infantis já faladas, as que realmente a validam são comportamentos de oposição; comportamentos abusivos; agressividade; desrespeito ou desobediência. Os comportamentos de oposição traduzem-se pela não-aceitação das ordens que lhe são dadas, o não aquiescer às *regras* que lhe são transmitidas e o fazer precisamente o contrário do que lhe é dito. Depois de muito analisar as situações onde estes actos se verificam, conseguem perceber-se estes actos como chamadas de atenção infantil. Apesar de muitos destes pais não o perceberem, isto dá-se como procura de *limites*, é um pedido de contenção de alguém que os trave, os impeça de errar, e conseqüentemente lhes ofereça a segurança desejada, o porto seguro. Já o comportamento abusivo é um tipo de atitude que se demonstra pela falta de *respeito* aos mais velhos, a ofensa a pais, avós, professores ou outros, fazendo-se notar ainda pela infracção grave de *regras* e ordens. A agressividade surge como sintoma destas crianças, precisamente porque também elas se sentem de certa forma agredidas, na *ausência de atenção* por parte dos pais, na *falta de cuidado* dos mesmos, muitas vezes até relativamente aos *cuidados básicos de higiene e alimentação*. O facto de se sentirem “abandonados” e muitas vezes *discriminados* pelos próprios colegas e sociedade em geral, faz com que reajam com agressividade física, criando as condições para que a dor se elabore. Algumas delas expressam-se sob o molde de desobediência. Esta é uma manifestação de alteração no modo de agir que surge como reacção à ineficácia educativa parental e à disformidade da mensagem educativa, permitindo a abertura de brechas, ao ponto que a criança se manifeste de forma grave, desafiando a *autoridade do progenitor*, pondo em causa a *regra* que lhe foi imposta ou a ordem que lhe foi dada, no sentido de não cumprir.

Finalmente o desrespeito, completamente integrado nestas famílias em que não há uma *postura educativa*, uma linha de conduta de moral de valores a seguir e nem sequer um projecto ou sensibilidade educativos. Como qualquer valor moral, para ser apreendido depende da forma como é transmitido, da credibilidade que aparenta e da coerência a ele inerente. Desta forma apresenta-se neste estudo como um comportamento incorrecto relativamente aos mais velhos,

mostrando *igualdade de gerações*, ignorância dos *papéis de autoridade* e sentimento pleno de incosequência pelos seus actos.

O processo social básico surgiu como comum a todas as mães entrevistadas ou referenciadas: **Inexistência de projecto parental educativo** em que a criança é o foco central, e tudo se planeia e pensa em torno da mesma. A criança aqui apareceu para satisfazer uma necessidade dos pais, no intuito de recuperar percursos e sonhos extraviados delegando na criança a incumbência de os realizar. Há-os ainda que nem sequer tomaram a decisão de ter um filho, ele surgiu. A idealização de um filho, bem como o desejo de ser mãe ou pai é em alguns destes casos nula, nada se programou, não há uma família (pais) preparada psicológica, económica e socialmente para receber esta criança. Há um total desinteresse, desde a concepção, que se instala e mantém no decorrer da vida infantil, exacerbado num colo vazio que justifica a insegurança infantil e se traduz no comportamento da criança.

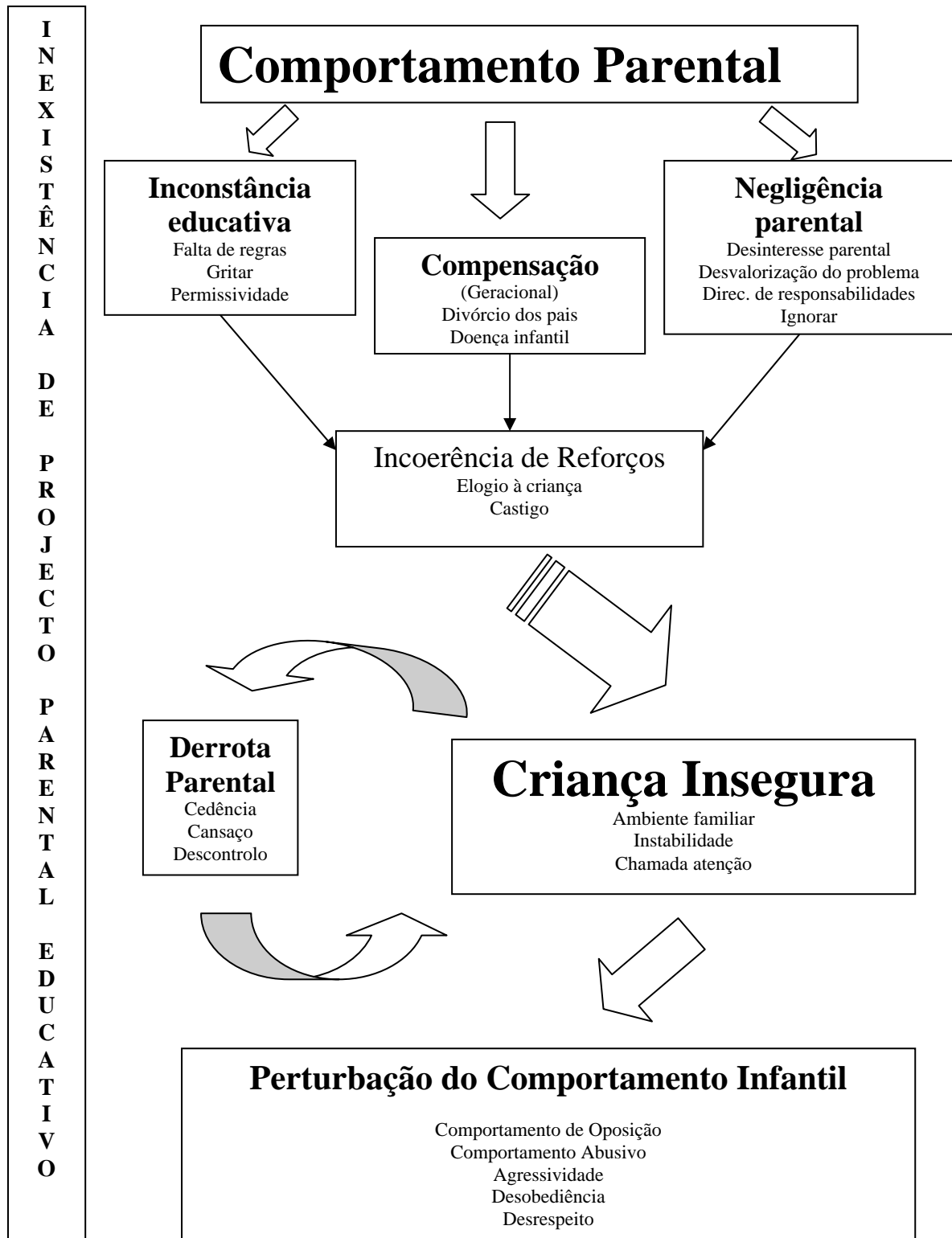


Figura 1: Modelo explicativo do Papel Parental em Pert. do Comportamento Infantil



## DISCUSSÃO

O que se pretendeu investigar neste estudo foram os comportamentos parentais que pudessem estar na origem de sentimentos que levam à perturbação do comportamento infantil.

A má qualidade da vinculação apresentou-se sempre enleada a más práticas educativas. Observou-se o descuro e desapego característico de pais negligentes que condena a criança a uma autonomia excessivamente precoce, e foram muitas vezes depreendidas situações de desinteresse e insuficiência parental, em que a diferença entre ser mãe e qualidade maternal é proporcionalmente extensa à perturbação que a criança apresenta. Como Strecht (2004) defende, os pais não se podem esquivar às suas responsabilidades e relegarem-nas a qualquer outro agente, normalmente a escola, como se demonstra nestes casos, de maneira a ilibarem-se da culpa e optando por ignorar o sofrimento do filho. Resistem deste modo a tomar consciência do problema, o que implicaria uma reflexão e reparação pessoal, preferindo desvalorizar o que se passa. Talvez por isso, todas as crianças visadas nestas entrevistas demonstrem ser e se sentir inseguras o que é identicamente fomentado, no extremo oposto, por uma imaturidade parental que, de acordo com Urra (2006), se preocupa preferencialmente em democratizar as relações pais-filho, em detrimento de se decidirem por relações de autoridade. As práticas parentais presentes nas crianças estudadas constituem um rol de alterações infligidas às antigas formas de educação. Constata-se que a vontade dos pais em quebrar padrões rígidos integrados em antigos métodos de educação, mediada por um impulso de ressarcirem uma história pessoal menos feliz, leva a que compensem os filhos pelo que não tiveram, utilizando-os como objectos funcionais, buscando neles a função reparadora da falha dos seus próprios pais. As ansiedades provocadas pelas mudanças geracionais dos pais são projectadas nos filhos, passando estes a serem o sintoma. Percebemos que a imaturidade das mães parte de uma falha parental que as impediu de atingir a identidade adulta, empurrando-as a uma troca de papéis com os seus filhos.

Nota-se ainda que estes adultos se pautam excessivamente pela lógica social que valoriza comportamentos exibicionistas, demonstrando que as mudanças geracionais vertiginosas substituem “valores” antigos por novos, validando a supremacia do ter sobre o pensar, do parcial sobre o global, do racional sobre o afectivo e do artificial sobre o emocional. E são por isso incapazes de encontrar um equilíbrio eficaz, chegando a alcançar extremos educacionais que comprometem o futuro dos seus filhos, provocando uma situação de risco que se expressa, na opinião de Pires (2001), por qualquer situação genérica que coloque em stress a relação entre a mãe e a criança e os cuidados parentais inerentes à parentalidade.

De acordo com Sampaio (1994), à medida que cedem, estas mães perdem não só o controlo do que se passa, mas a firmeza e a certeza de a qualquer momento conseguirem resgatar a situação. O esforço que fazem para evitar sentimentos de frustração na criança aliado à

indefinição de limites leva-a ”à incapacidade de compreender que não pode ter tudo (...) ou que para ter é preciso esperar, desejar, imaginar ou criar. Do ponto de vista emocional (...) favorece a uma onipotência terrível que pode levar a consequências difíceis para ela própria e para a sua relação com os outros” (Strecht, 2004, p. 29). O facilitismo implícito nos discursos recolhidos, pela velocidade com que a exigência é satisfeita e o capricho saciado, oferece aos mais pequenos uma imagem distorcida da realidade, que os desprepara para a vida adulta, que os engana e os fragiliza, tornando-as crianças vegetativas e inseguras, e lhes cria expectativas falsas de conseguirem alcançar objectivos ambiciosos sem esforço. A inconstância parental percebida nas declarações recolhidas pela falta de rotinas, regras, hábitos e limites dá o mote para uma total desorganização familiar, um ambiente caótico que proporciona a falta de respeito infantil e os comportamentos abusivos e de oposição. “A desarmonia, mais do que a rotura, conduz a um comportamento anti-social” (Ferreira, 2002, p. 32). Nestas participações sobressai a preocupação pelos direitos sociais dos filhos, em detrimento dos seus próprios deveres parentais. Pretendem o seu sucesso escolar ignorando que o investimento afectivo deve preceder o cognitivo e que sempre que há uma perturbação emocional, uma das primeiras áreas a ficar afectada é a capacidade de aprendizagem, revelando novamente falta de sensibilidade parental.

Concluimos que as relações parentais instalaram-se em pólos opostos: por um lado a negligência, por outro a super-protecção. Assim pode-se afirmar que a família das crianças investigadas não contribui para organizar o pensamento, transmitir o amor, instalar a confiança e o equilíbrio relacional pais/filhos.

A solução parece prender-se com uma reorganização dos papéis de pai/mãe. O intuito é fazer perceber aos pais que a sua função vai muito além do papel de progenitores, com o encantamento mas equitativamente com a responsabilidade e dedicação inseparáveis à educação de um novo ser, e que um projecto parental consciente, congruente, responsável e de comum acordo entre o casal é verdadeiramente preponderante na formação do ser humano a partir da sua mais tenra idade (Matos, 2003). É igualmente urgente fazê-los alcançar que tolerância e negligência são passíveis de se confundirem, e que lhes cabe a difícil tarefa de evidenciar as fronteiras que as separam. Apresenta-se relevante incidir o trabalho terapêutico como abordagem integrada, actuando sobre as várias dimensões da vida da criança, família e escola, salientando a importância das intervenções concomitantes e complementares a longo prazo. As crianças estão dependentes do investimento que a família e a sociedade faz no seu crescimento harmónico.

Em ultima nota é fulcral aditar que esta investigação em concreto, bem como o modelo que dela resultou pronuncia-se exclusivamente a respeito das oito entrevistas focadas, com as limitações que lhes são particulares, e que sendo fundamental uma mais profunda exploração deste tema, esta experiência poderá ser utilizada unicamente como mais uma fonte de estudo.

## REFERÊNCIAS

- Benavente, R. (2001). Perturbação de comportamento na infância: diagnóstico, etiologia, tratamento e propostas de investigação futura. *Análise. Psicológica*, 2 (XIX), pp. 321-329. Consultado em 7 de Maio de 2007, através da fonte:  
<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/aps/v19n2/v19n2a09.pdf>
- Benzie, K. M., Harrison, M. J. & Magill-Evans, J. (2004). *Parenting stress, marital quality, and child behavior problems at age 7 years*. Consultado em 27 de Abril de 2007, através da fonte: <http://www.ingentaconnect.com/content/bsc/phn/2004/00000021/00000002/art00005>
- Berger, M. (2003). *A criança e o sofrimento da separação*. Lisboa Climepsi
- Bordin, I. & Offord, D. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, vol.22. São Paulo.
- Bost, K., Shin, N., McBride, B., Brown, G., Vaughn, B., Coppola, G., Veríssimo, M., Monteiro, L. & Korth, B. (2006). Maternal secure base scripts, children's attachment security, and mother - child narrative styles. *Attachment & Human Development*. Vol. 8, pp. 241-260(20). Recuperado em 14 de Junho de 2007, através da fonte:  
<http://www.informaworld.com/smpp/content~content=a755198098~db=all~jumtype=rss>
- Bowlby, J. (1982). *Attachment and loss: Vol I. Attachment* (2ª ed). New York: Basic
- Capela, M. J. (2007). *Castigos e Limites na Educação Infantil*. In Região Sul. Consultado em 27 de Outubro de 2007; através da fonte:  
<http://www.regiaosul.pt/noticia.php?refnoticia=77288>
- Damásio, A. (2003). *O cérebro e as alterações do comportamento social*. Consultado em 20 de Junho de 2007, através da fonte:  
[http://www.oa.pt/Publicacoes/Boletim/detalhe\\_artigo.aspx?idc=30777&idsc=17790&idr=2932&ida=17777](http://www.oa.pt/Publicacoes/Boletim/detalhe_artigo.aspx?idc=30777&idsc=17790&idr=2932&ida=17777)
- Danziger, C. (2002). *Violência das famílias*. Lisboa: Climepsi

DSM-IV-TR (2004) – *Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais*.

Consultado em 17 de Janeiro de 2007, através da fonte:

<http://www.behavenet.com/capsules/disorders/dsm4TRclassification.htm>

[http://www.psicologia.com.pt/instrumentos/dsm\\_cid/](http://www.psicologia.com.pt/instrumentos/dsm_cid/)

<http://www.priory.com/psych/cid10.htm>

Eisenberg, N., Zhou, Q., Spinrad, T. L., Valiente, C., Fabes, R. A. & Liew, J. (2005). *Relations among positive parenting, children's effortful control, and externalizing problems: a three-wave longitudinal study*. Consultado em 9 de Julho de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Ferreira, L. P. N. C. (2005). *Parentalidade e Problemas de Comportamento* (Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica). Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Ferreira, T. (2002). *Em defesa da criança: teoria e prática psicanalítica da infância*. Lisboa: Assírio & Alvim

Fonagy, P. (1998). Prevention, the appropriate target of infant psychotherapy. *Infant Mental Health Journal*, 19 (2), 124-150

Fornelos, M., Rodrigues, E. & Gonçalves, M. J. (2003). Depressão no bebé. *Análise Psicológica* 1 (XXI): 41 – 46

Frances, A. & Ross, R. (2004). *Casos Clínicos. DSM-IV-TR*. Lisboa: Climepsi

Gadeyne, E., Ghesquière, P. & Onghena, P. (2004). Longitudinal relations between parenting and child adjustment in young children. Consultado em 9 de Julho de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Gelfand, D., Jenson, W. & Drew, C. (1988). Understanding child behaviour disorders – *An introduction to child psychopathology* (2<sup>nd</sup> ed.). Consultado em 9 de Julho de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Glaser, G. B. & Strauss, L. A. (1967). *The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research*. New York: Aldine de Gruyter.

Gonçalves, M. & Pires, A. (2001). Estudo do Comportamento Parental Face ao Cancro. In Pires (Ed.), *Crianças (e Pais) em Risco*. (pp. 155-175). Lisboa: ISPA.

Kadzin, A. & Wassel, G. (2000). Therapeutic changes in children, parents and families resulting from treatment of children with conduct problems. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 39 (4), 414-420

Kerr, D. C., Lopez, N. L., Olson, S. L. & Sameroff, A. J. (2004). *Parental discipline and externalizing behavior problems in early childhood: the roles of moral regulation and child gender*. Recuperado em 14 de Junho de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Lebovici, S., Diatkine, R. & Soulé, M. (2004). *Nouveau Traité de psychiatrie de l'enfant et de l'adolescent* (2ª ed). Paris: Quadrige Manuels

Matos, A. C. (1991). Violência Inconsciente. *Revista Portuguesa de Pedopsiquiatria*, 2, 21-25.

Matos, A. C., (2002). *O Desespero: Aquém da Depressão*. Lisboa: Climepsi

Matos, A. C., (2003). *Mais Amor – Menos Doença*. Lisboa: Climepsi

Mones, A. G. (1998). Oppositional Children and their families: An Adaptional Dance in Space and Time. *American Journal of Orthopsychiatry*, 68, 157-153.

Mulvaney, M., K. & Mebert, C. J. (2007). *Parental corporal punishment predicts behavior problems in early childhood*. Consultado em 2 de Novembro de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Neto, F. (2000). *Psicologia Social*. Lisboa: Universidade Aberta.

Odgers, C. L., Milne, B. J., Caspi, A., Crump, R., Poulton, R. & Moffitt, T. E. (2007). *Predicting prognosis for the conduct-problem boy: can family history help?* Consultado em 31 de

Outubro de 2007, através da fonte: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Ollendick, T. & Hersen, M. (1983). *Handbook of child psychopathology*. Nova York: Plenum Press

Pauli-Pott, U. & Beckmann, D. (2007). *On the association of interparental conflict with developing behavioral inhibition and behavior problems in early childhood*. Consultado em 2 de Novembro de 2007: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>  
[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Piaget, J. (1994). *O Juízo Moral na Criança*. São Paulo: Summus editorial

Pires, A. (2001). *Crianças (e pais) em risco*. Lisboa: Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

Pires, A. (2001). Parentalidade em risco. In: A. Pires (Ed.), *Crianças (e pais) em risco* (pp. 15-37). Lisboa: ISPA.

Queirós, O., Goldschmidt, T., Almeida, S. & Gonçalves, M. J. (2003). O outro lado das birras. *Análise Psicológica*, 1 (XX): 95-102

Quittner, A. L. & DiGirolamo, A. M. (1998). Family Adaptation to Childhood Disability and Illness. In R. T. Ammerman & J. V. Campo (Ed.), *Handbook of Pediatric Psychology and Psychiatry* (pp. 70-98). London: Allyn & Bacon.

Rodrigues, A., Figueiredo, B., Pacheco, A., Costa, R., Cabeleira, C. & Magarinho, R. (2004). Memória de cuidados na infância, estilo de vinculação e qualidade da relação com pessoas significativas: Estudo com grávidas adolescentes. *Análise Psicológica*, 4 (XXII): 643-665

Ruilloba, J. V. (2002). *Introducción a la psicopatología e a la psiquiatria*. Barcelona: Masson

Sá, E. (2000). *Crianças para sempre*. Lisboa: Fim de Século

Sá, E. (2005). *Chega-te a mim e deixa-te estar*. Lisboa: Oficina do livro

Sampaio, D. (1994). *Inventem-se novos pais*. Lisboa: Caminho

Shaw, D. S., Emery, R. E. & Tuer, M. D. (1993). *Parental functioning and children's adjustment in families of divorce: a prospective study*. Consultado a 27 de Abril de 2007, através da fonte: <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>  
[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Smith, C. A. & Farrington, D. P. (2004). *Continuities in antisocial behavior and parenting across three generations.* Consultado a 4 de Maio de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Solantaus-Simula, T., Punamäki, R. L. & Beardslee, W. R. (2002). *Children's responses to low parental mood. II: Associations with family perceptions of parenting styles and child distress.* Consultado a 7 de Maio de 2007, através da fonte:

<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>

[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)

Stattin, H. & Magnusson, D. (1996). *Antisocial development: A holist approach. Development and Psychopathology*, 8, 617-645.

Stratton, C. W. (1997). Early Intervention for families of Preschool Children With Conduct Problems. In M. J. Guaralnick (Ed.), *The Effectiveness of Early Intervention* (pp. 429-447). Baltimore: Paulh Brookes.

Strecht, P. (2003). *À margem do amor: notas sobre delinquência juvenil.* Lisboa: Assírio & Alvim.

Strecht, P. (2004). *Quero-te muito.* Lisboa: Assirio & Alvim

Tierno, B. (1989). *O teu filho, problemas e conflitos.* Lisboa: Terramar

Urta, J. (2006). *El pequeño dictador.* Madrid: La esfera de los libros

Van Goozen, S. H., Fairchild, G., Snoek, H. & Harold, G. (2007). The Evidence for a Neurobiological Model of Childhood Antisocial Behavior. *Psychological Bulletin*. Vol 133(1) 149-182. Consultado a 30 de Outubro de 2007, através da fonte:

[http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez?cmd=Retrieve&db=PubMed&list\\_uids=17201574&dopt=AbstractPlus&holding=f1000%2Cf1000m%2Cisrctn](http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez?cmd=Retrieve&db=PubMed&list_uids=17201574&dopt=AbstractPlus&holding=f1000%2Cf1000m%2Cisrctn)

Waddel, M. (2003). *Vida interior – psicanálise e desenvolvimento da realidade.* Lisboa: Assírio e Alvim

Winnicott, D. W. (1995/1987). *Privação e Delinquência.* São Paulo: Martins Fontes.

Yang, M., Ullrich, S., Roberts, A. & Coid, J. (2007) Childhood Institutional Care and Personality Disorder Traits in Adulthood: Findings From the British National Surveys of Psychiatric Morbidity. *American Journal of Orthopsychiatry*. Vol 77(1) 67-75. Consultado a 29 de Outubro de 2007, através da fonte: <http://lib.bioinfo.pl/auth:Coid,J>

Yoo, H. I., Kim, B. N., Shin, M. S., Cho, S. C. & Hong, K. E. (2006). *Parental attachment and its impact on the development of psychiatric manifestations in school-aged children*. Consultado a 4 de Maio de 2007, através da fonte:  
<http://www.ncbi.nlm.nih.gov/sites/entrez/>  
[http://www.saudeagenda.com/index2.php?name\\_area=psi](http://www.saudeagenda.com/index2.php?name_area=psi)